

ATA N.º 01/2012

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 03.JANEIRO.2012

----- Aos três dias do mês de Janeiro de dois mil e doze, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Albino Soares de Oliveira, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, António Henrique Fernandes Cruz, Manuel Artur de Almeida Miler e Paulo Sérgio Martins Teixeira.-----

----- Pelas 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- Nada a registar. -----

----- II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- 01. ATA:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a acta número 24/2011, relativa à reunião ordinária de 20 de Dezembro findo.-----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprová-la, abstendo-se o Vereador senhor António Cruz, por não ter estado presente na reunião a que respeita.-----

----- 02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----- Foi presente a carta do Vereador senhor António Cruz, a solicitar a justificação da sua falta à última reunião.-----

----- Aquando da apresentação deste assunto, aquele senhor Vereador informou o senhor Presidente que por nele ter interesse deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação.-----

----- Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, sem a presença daquele membro, decorrida votação nominal e por unanimidade, considerar aquela falta justificada.-----

----- 03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: -----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 1, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €1.303.837,84, (um milhão trezentos e três mil oitocentos e trinta e sete euros e oitenta e quatro centimos) correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respetivamente, €642.811,79 (seiscentos e quarenta e dois mil oitocentos e onze euros e setenta e nove centimos) e €662.026,05 (seiscentos e sessenta e dois mil e vinte e seis euros e cinco centimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- 04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/FUNDOS DE MANEIO – CONSTITUIÇÃO: -----

----- Pelo senhor Presidente presente a seguinte proposta:-----

03.01.2012

----- “Considerando que a realização de certas despesas não se compadece com a demora do circuito procedimental a que estão sujeitas, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo do ponto 2.3.4.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo D. L. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, autorize a constituição de fundos de maneo, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiváveis, a levar a efeito por conta de cada uma das dotações orçamentais que se seguem, no valor e sob a responsabilidade de: -----

----- **a) Presidente da Câmara – José Artur Tavares Neves:** -----

----- 0102/020211 – Aquisição de bens e serviços correntes – aquisição de serviços – representação dos serviços — €250,00 (duzentos e cinquenta euros); -----

----- **b) Vereador – Albino Soares de Oliveira:** -----

----- 03/02010202 – Aquisição de bens e serviços correntes – aquisição de bens – combustíveis e lubrificantes - gasóleo – €1.000,00 (mil euros); -----

----- 03/02022502 – Aquisição de bens e serviços correntes – aquisição de serviços - outros – diversos – €500,00 (quinhentos euros); -----

----- **c) Chefe da DAGF – Fernando Gonçalves:** -----

----- 02/020118 – Aquisição de bens e serviços correntes – aquisição de bens – livros e documentação técnica — €200,00 (duzentos euros); -----

----- 02/020108 – Aquisição de bens e serviços correntes – aquisição de bens – material de escritório — €100,00 (cem euros); -----

----- 02/02020902 – Aquisição de bens e serviços correntes – aquisição de serviços – comunicações – outras — €400,00 (quatrocentos euros); -----

----- 0102/02022502 – Aquisição de bens e serviços/aquisição de serviços/outros serviços/diversos – €250,00 (duzentos e cinquenta euros); -----

----- **d) Chefe da DCDT – Maria Isabel Nunes Bessa:** -----

----- 08/0201201 – Aquisição de bens e serviços correntes – aquisição de bens – material de educação cultura e recreio – previstos nas GOP – €100,00 (cem euros); -----

----- 08/02012106 – Aquisição de bens e serviços – aquisição de bens – outros bens – previstos nas GOP – €250,00 (cem euros); -----

----- **e) Técnica de Serviço Social – Carmen Dolores de Oliveira Fernandes Martel, no âmbito da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Arouca:** -----

----- 07/02021302 – Aquisição de bens e serviços – aquisição de serviços – deslocações e estadas – outras – €300,00 (trezentos euros). -----

----- Cada um destes fundos terá que ser regularizado no fim de cada mês, mediante a apresentação dos documentos comprovativos da despesa, na forma legal, e saldado no final do ano económico.”-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede.-----

----- 05. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR/INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS PARA O JARDIM DE INFÂNCIA DE PAÇO – ALVARENGA – PROTOCOLO:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a minuta do protocolo a celebrar com a Casa do Povo Santa Cruz de Alvarenga, tendo em vista o estabelecimento dos termos e condições em que a esta entidade cede as suas instalações para o funcionamento das actividades do Jardim de Infância de Paço, Alvarenga, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

----- 06. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR/PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – CASA DO POVO SANTA CRUZ DE ALVARENGA – PROTOCOLO:-----

----- Foi presente a minuta do protocolo a estabelecer com a Casa do Povo de Alvarenga, tendo por objecto estabelecer os termos e as condições em que aquela entidade garante o fornecimento e a distribuição das refeições escolares aos alunos do 1.º CEB e Jardim-de-Infância de Paço, Alvarenga, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

----- 07. ENSINO BÁSICO/INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS PARA A ESCOLA COM 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE PAÇO – ALVARENGA – PROTOCOLO:-----

----- Foi presente a minuta do protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Alvarenga visando o estabelecimento dos termos e condições em que a segunda outorgante cede gratuitamente as instalações do edifício do Jornal Jovem/Espaço Internet sito no lugar de Trancoso para funcionamento das actividades da EB1 de Paço, Alvarenga, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

----- 08. ENSINO BÁSICO/PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E

03.01.2012

**ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DO 1º CEB E J. I. DA FREGUESIA DE ESCARIZ –
PROTOCOLO: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a minuta do protocolo a celebrar com a Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do 1.º CEB e J. I. da Freguesia de Escariz, onde se estabelecem os termos e condições em que se garantem a distribuição das refeições escolares aos alunos do Pólo Escolar de Escariz, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

**----- 09. ENSINO BÁSICO/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE FERMEDO – PRORROGAÇÃO
DE PRAZO: - -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a carta registada sob o número 7.403, em 29 de Dezembro findo, de QTCivil – Engenharia e Reabilitação, S. A., adjudicatária da empreitada em epígrafe, a solicitar a prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos respectivos.-----

----- Face à informação da DOM, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, autorizar a prorrogação do prazo, a título gracioso, até ao dia 31 de Março próximo.-----

----- 10. ENSINO BÁSICO/PÓLO ESCOLAR DE SANTA EULÁLIA – PROJECTO DE EXECUÇÃO: ---

----- Foi presente à consideração da Câmara o projecto de execução relativo ao Pólo Escolar de Santa Eulália.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por aprovar aquele projeto.-----

**----- 11. ACÇÃO SOCIAL/CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ALTERAÇÃO
AO PLANO FINANCEIRO – PARECER: -----**

----- Foi presente a carta registada sob o número 7.415, em 30 de Dezembro findo, da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira, entidade coordenadora do programa Contrato Local de Desenvolvimento Social (Projecto AroucaInclui), a solicitar o parecer da Câmara, enquanto entidade promotora do programa, relativamente ao pedido de alteração do plano financeiro do referido projecto, alteração essa que se pretende com a transferência da verba da rubrica “Encargos com a Cessação de Contratos” para o ano civil de 2012, ano em que termina o contrato.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, emitir parecer favorável.-----

**----- 12. TURISMO/DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ACTIVO EM AROUCA - CONSTRUÇÃO DE
INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO - MARGENS DO RIO PAIVA – ERROS E OMISSÕES –
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----**

03.01.2012

----- Foi presente o despacho do senhor Presidente, proferido no uso da competência excepcional prevista n.º 3, art.º 68.º, da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, mediante o qual decidiu aceitar os erros e omissões apresentados no âmbito do procedimento concursal para adjudicação da empreitada em epígrafe.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, ratificar aquele despacho. -----

----- 13. TURISMO/DESENVOLVIMENTO TURISMO ACTIVO EM AROUCA – ACESSO À PRAIA FLUVIAL DE ESPIUNCA – PROJECTO DE EXECUÇÃO: -----

----- Foi presente o projecto de execução para o “Desenvolvimento Turismo Activo em Arouca – Acesso à Praia Fluvial de Espiunca”.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele projeto. -----

----- 14. DEFESA DO AMBIENTE/CONCURSO ESCOLAR “COMO MELHORAR A QUALIDADE AMBIENTAL DA MINHA COMUNIDADE” – REGULAMENTO: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o regulamento para o concurso escolar “Como Melhorar a Qualidade Ambiente da Minha Comunidade”, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele regulamento. -

----- 15. LICENCIAMENTO DE OBRAS/VÍTOR DOMINGOS LOPES GALANTE DOS SANTOS, (REGOUFE, COVELO DE PAIVÓ): -----

----- Foi presente o processo de obras número 32/2011, de Vítor Domingos Lopes Galante dos Santos, residente na Rua Artur Napoleão, 74, 3.º FD, Senhora da Hora, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.224/DGU, em 8 de Agosto findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir uma habitação no terreno sito no lugar de Regoufe, freguesia de Covelo de Paivó.-----

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente, uma vez que o terreno onde se pretende implantar a construção está classificado com risco de incêndio elevado e muito elevado, o que contraria o disposto no n.º 2, art.º 16.º, do Decreto-Lei número 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei número 17/2009, de 14 de Janeiro. ----

----- 16. LICENCIAMENTO DE OBRAS/CARLOS ALBERTO ALVES MOREIRA, (VALE, MANSORES): -----

----- Foi presente o processo de obras número 128/2011, de Carlos Alberto Alves Moreira, residente em Vale, Mansores, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.508/DGU, em 4 de Outubro do ano findo, a solicitar o licenciamento com vista a legalizar o edifício destinado a anexo agrícola sito no referido lugar.-----

03.01.2012

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido nos termos da informação da DGU. -----

----- 17. LICENCIAMENTO DE OBRAS/RAFAEL RODRIGUES ALMEIDA, (URRÔ, URRÔ): -----

----- Foi presente o processo de obras número 155/2011, de Rafael Rodrigues Almeida, residente em Casal Maria, freguesia de Urrô, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.777/DGU, em 16 de Novembro findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir uma habitação e muros a levar a efeito em parcela de terreno a destacar do prédio sito no lugar de Urrô, daquela freguesia.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

----- 18. LICENCIAMENTO DE OBRAS/VALENTIM DOS SANTOS DIAS, (PROVIZENDE DE BAIXO, ROSSAS): --- -----

----- Foi presente o processo de obras número 51/2011, de Valentim dos Santos Dias, residente em Provizende de Baixo, Rossas, acompanhado do requerimento registado sob o número 599/DGU, em 21 de Abril do ano findo, a solicitar o licenciamento para a construção de habitação e muros, a levar a efeito no referido lugar. -----

----- Sobre o pedido a DGU informou, no essencial, que: -----

----- O terreno insere-se em zona adjacente ao aglomerado pelo facto da via pública com que confronta não se enquadrar na definição de via habilitante, por se apresentar em terreno natural, sem qualquer tipo de pavimento, não podendo considerar-se que tal piso confira as condições de acessibilidade imprescindíveis a um eventual aproveitamento edificatório daquele terreno;-----

----- Por não confrontar com via pública habilitante, o terreno em causa está fora da zona adjacente ao aglomerado, pelo que apenas pode ser permitida a edificação de habitação quando promovida por entidades públicas e que se destinem a responder às próprias necessidades de exploração ou salvaguarda, no interesse público, dos recursos agroflorestais, como se define na alínea b), n.º 4, art.º 28.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM).-----

----- O terreno não está dotado de infraestruturas de energia elétrica, pelo que a pretensão contraria o disposto no n.º 1, art.º 18.º do mesmo regulamento;-----

----- A pretensão contraria também o disposto no n.º 3, art.º 16.º, do Decreto-Lei número 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei número 17/2009, de 14 de Janeiro, pelo facto de não garantir a distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção de cinquenta metros e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos; -----

03.01.2012

----- O Instituto de Conservação da Natureza emitiu parecer desfavorável pretensão. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto nas alíneas a) e c), n.º 1, e alínea b), n.º 2, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março.-----

----- 19. LICENCIAMENTO DE OBRAS/RICARDO MANUEL TEIXEIRA GILDE E OUTRO, (CRUZ DA TOITA, SANTA EULÁLIA): -----

----- Foi presente o processo de obras número 165/2007, de Ricardo Manuel Teixeira Gilde e outro, residente em Vila Nova, Burgo, acompanhado do requerimento registado sob o número 336/DGU, em 4 de Março do ano findo, a solicitar o licenciamento para a construção de habitação, anexo e muros, a levar a efeito no lugar de Cruz da Toita, Santa Eulália.-----

----- Sobre o pedido, a DGU informou, no essencial, que: -----

----- O projeto foi licenciado em 14 de Maio de 2008, tendo o licenciamento caducado por não ter sido requerida a emissão do alvará de licença no prazo e nos termos do disposto no número 2, art.º 71.º do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março, pelo que a presente pretensão consubstancia a reapreciação do projeto;-----

----- O projeto licenciado foi analisado à luz das regras do plano de ordenamento do território aplicável à data, ou seja, o PDM; -----

----- Porém, com a entrada em vigor do Plano de Urbanização (PU), passaram a aplicar-se à pretensão as regras nele constantes; -----

----- O pedido contraria o disposto no art.º 18.º e respetivo anexo do regulamento do PU por prever índice de construção superior a 0,60 m²/m²;-----

----- O terreno a que se refere o presente pedido insere-se no PU na faixa de reserva de via distribuidora local do tipo D, com perfil de 9,50 metros;-----

----- Que, embora se considere que a construção da habitação no local pretendido não iria prejudicar ou tornar mais onerosa a execução daquela via, a construção dos muros de vedação teriam esse efeito, o que contraria o disposto no n.º 2, art.º 10.º do regulamento do PDM.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos da alínea a), n.º 1, art.º 24.º, do referido Decreto-Lei número 555/99, de 16 de

03.01.2012

Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março. -----

----- 20. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ALCINO SOARES DA SILVA, (CIMA, CANELAS): -----

----- Foi presente o processo de obras número 75/2007, de Alcino Soares da Silva, residente em Cimo, Canelas, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.011/DGU, em 4 de Julho do ano findo, a solicitar o licenciamento com vista a ampliar e transformar em habitação o palheiro sito no referido lugar. -----

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, e alínea b), n.º 2, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março, uma vez que a pretensão contraria o disposto no n.º 1, art.º 20.º, do regulamento do PDM, por possuir índice de utilização líquido superior a 0,20 m²/m² e o disposto no n.º 1, art.º 18.º, do mesmo regulamento, por o terreno não estar dotado de infraestruturas de energia elétrica.-----

----- 21. LOTEAMENTOS/JOSÉ ARMANDO ALMEIDA GOMES E OUTRO, (SARDOAL, BURGO): ----

----- Foi presente o processo de loteamento número 9/95, de José Armando Almeida Gomes e outro, residente em Sardoa, Burgo, acompanhado do auto de vistoria realizada às obras de urbanização respectivas, tendo em vista a sua recepção definitiva e a consequente libertação da caução prestada para garantir a sua boa e integral execução.-----

----- Face às conclusões da comissão de vistoria, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido.-----

----- 22. DIVERSOS/JOAQUIM PINHO DUARTE – INDEMNIZAÇÃO: -----

----- Foi presente a carta registada sob o número 5.704, em 4 de Outubro findo, de Joaquim de Pinho Duarte, residente em Ferreiros, freguesia de Tropeço, a solicitar o ressarcimento dos prejuízos provocados no seu automóvel pela queda sobre ele da estrutura metálica implantada no complexo desportivo municipal que durante o verão serviu para publicitar os jogos de futebol do torneio dessa época. -----

----- Face às informações dos serviços, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, atribuir a indemnização de €231,24 (duzentos e trinta e um euros e vinte e quatro cêntimos).-----

----- 23. DIVERSOS/ASSOCIAÇÃO COLUMBÓFILA DE AROUCA - TRANSFERÊNCIA DE INSTALAÇÕES: -----

----- Pela Vereadora senhora Margarida Belém foi presente a seguinte: -----

----- “Informação-----

03.01.2012

----- No âmbito das obras da regeneração urbana, em curso, mais concretamente da intervenção da requalificação dos espaços envolventes do Mosteiro de Arouca, foi necessário libertar o "pombal" situado em pleno parque municipal, ficando a Sociedade Columbófila de Arouca, atual utilizadora do espaço, sem acesso ao local e sem o seu espaço sede. O referido espaço, "O Pombal", encontrava-se cedido, há largos anos, à Sociedade Columbófila de Arouca, enquanto espaço sede da Associação. -----

----- A requalificação do centro histórico da vila confere novos elementos de atratividade, mantendo o seu cariz de centro tradicional e local de representação da história e da cultura deste território. -----

----- Nestas circunstâncias, propõe-se a cedência de uma das lojas da Central de Camionagem, na vila de Arouca, em regime de comodato, pelo período de dois anos, para funcionar como sede da Sociedade Columbófila de Arouca." -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar o proposto, abstendo-se o Vereador senhor Paulo Teixeira, que justificou o seu voto com a seguinte declaração:-----

----- "Relativamente ao ponto 23 da ordem de trabalhos, referente à transferência das instalações da associação columbófila de Arouca para o edifício da Central de Camionagem, voto pela abstenção pela razão que este edifício vem sendo desde a sua inauguração desvirtuado no objetivo primeiro para o qual foi projetado.

----- Contempla já neste momento uma multiplicidade de serviços de áreas muito distintas pelo que a transferência desta associação para este espaço vem, em meu entender, conflitar ainda mais a normal laboração de todos os serviços lá residentes; este voto em nada vai contra o reconhecimento da necessidade de encontrar um espaço digno para a associação acima referida." -----

----- 24. DIVERSOS/COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE: -----

----- Foi presente o ofício registado sob o número 7.117, em 13 de Dezembro findo, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Arouca, a solicitar a designação do representante da Câmara naquela comissão. ---- -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, designar a Técnica Superior de Trabalho Social desta Câmara, senhora Sandra Marisa Garrido Duarte. -----

----- 25. DIVERSOS/AGA - ASSOCIAÇÃO GEOPARQUE AROUCA - DESPESAS DE FUNCIONAMENTO – COMPARTICIPAÇÃO:-----

----- Foi presente a carta registada sob o número 7.243, em 20 de Dezembro findo, da AGA- Associação Geoparque Arouca, a solicitar a comparticipação da Câmara nas suas despesas correntes, nos termos do protocolo celebrado em 25 de Agosto de 2008.-----

03.01.2012

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Artur Miler e Paulo Teixeira, compartilhar com €130.000,00 (cento e trinta mil euros), pagando-se 30% daquela importância no mês de Janeiro em curso, e o restante em prestações mensais, sucessivas e iguais no decurso do corrente ano. -----

----- 26. DIVERSOS/CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DO PARQUE DE NEGÓCIOS DE ESCARIZ – ADJUDICAÇÃO: -----

----- Foram presentes à consideração da Câmara as propostas concorrentes ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe, acompanhadas do relatório do júri que procedeu à sua análise. -----

----- Face às conclusões do referido júri, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, adjudicar os trabalhos à concorrente Construções Carlos Pinho, Ld.^a, pelo valor proposto de €957.302,02 (novecentos e cinquenta e sete mil trezentos e dois euros e dois centimos).-----

----- 27. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/ REQUALIFICAÇÃO DOS TROÇOS DECLASSIFICADOS DA EN 326 - TROÇO SENRAS/FONTE (ROSSAS) – AUTOS N.º 4, 5, 6 E 7: -----

----- Foram presentes os autos de medição de trabalhos números 4, 5, 6 e 7, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respectivamente, €14.443,68 (catorze mil quatrocentos e quarenta e três euros e sessenta e oito centimos), €165.797,63 (cento e sessenta e cinco mil setecentos e noventa e sete euros e sessenta e três euros), €4.469,52 (quatro mil quatrocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e dois centimos) e €7.104,00 (sete mil cento e quatro euros). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos. -----

----- 28. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ENVOLVENTES AO MOSTEIRO DE AROUCA – AUTOS N.º 2, 3, 4 E 5:-----

----- Foram presentes os autos de medição de trabalhos números 2, 3, 4 e 5, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respectivamente, €3.063,75 (três mil e sessenta e três euros e setenta e cinco centimos), €58.049,42 (cinquenta e oito mil e quarenta e nove euros e quarenta e dois centimos), €5.219,90 (cinco mil duzentos e dezanove euros e noventa centimos) e €21.410,67 (vinte e um mil quatrocentos e dez euros e sessenta e sete centimos). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos. -----

----- 29. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE FERMEDO – AUTOS N.º 20 E 21:-----

----- Foram presentes os autos de medição de trabalhos números 20 e 21, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respectivamente, €212.262,04 (duzentos e doze mil duzentos e sessenta e dois euros

03.01.2012

e quatro centimos) e €17.473,67 (dezassete mil quatrocentos e setenta e três euros e sessenta e sete centimos).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos. -----

----- **III — OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- **30. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO - 25.ª**

ALTERAÇÕES - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara o despacho do senhor Presidente proferido, em 30 de Novembro findo, ao abrigo da competência excecional prevista no n.º 3, art.º 68.º, da Lei número 168/99, de 18 de Setembro, mediante o qual aprovou a 1.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, da qual resulta o reforço alteração da dotação final definida no valor de €3.000,00 (três mil euros), e a 1.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €70.500,00 (setenta mil e quinhentos euros), documentos que se dão aqui como reproduzidos e a fazer parte integrante desta ata.-----

----- Porque este assunto não estava incluído na ordem do dia, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na sua deliberação imediata, de modo a dar cumprimento ao disposto na parte final do referido n.º 3 do art.º 68.º.-----

----- Analisado o assunto, a Câmara deliberou, pela mesma votação e forma, ratificar aquele despacho.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** -----

----- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. -----

----- Eram 17 horas e 15 minutos. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, _____, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi.-----